



Graciete Guerra da Costa

MANAUS

um estudo de seu patrimônio
ARQUITETÔNICO E URBANO

CULTURA



Edições
Governos do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

JOSÉ MELO

Governador do Amazonas

ROBÉRIO BRAGA

Secretário de Estado de Cultura

ELIZABETH CANTANHEDE

MIMOSA PAIVA

Secretárias Executivas

ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Diretor do Departamento de Literatura

KARLA COLARES

JAIR JACQMONT

Assessores de Marketing

Secretaria de
Estado de Cultura

Av. Sete de Setembro, 1546

69005-141 – Manaus-AM-Brasil

Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1367

Fax.: (92) 3233-9973

E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br

culturamazonas.am.gov.br

© Graciete Guerra da Costa, 2013

EDITOR RESPONSÁVEL **Antônio Ausier Ramos**

COORDENAÇÃO EDITORIAL **Jeordane Oliveira de Andrade**

CAPA **Ângelo Lopes**

PROJETO GRÁFICO **André Martins**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA **Gráfica Moderna**

REVISÃO **Sergio Luiz Pereira**

NORMALIZAÇÃO **Ediana Palma**

PROJETO EDITORIAL - VERSÃO ELETRÔNICA **Luiz Felipe | Karla Colares**

C837m Costa, Graciete Guerra da.

Manaus: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano / Graciete Guerra da Costa. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

334p. : il. ; 23x28cm.
Inclui Referências Bibliográficas.
Glossário.

ISBN 978-85-64218-25-3

1. Arquitetura da Amazônia – Manaus. 2. Patrimônio Histórico.
I. Título.

CDD 721.0288
CDU 72(811.3)

SUMÁRIO

PREFÁCIO 19

INTRODUÇÃO 21

1. CAPÍTULO I - 1º Período, 1669-1870 21

1.1 - Os índios 33

1.1.1 - Arquitetura Indígena 35

1.2 - A chegada dos portugueses 37

1.3 - Ocupação do território e formação do núcleo 38

1.4 - Identificação do Patrimônio Local 45

2. CAPÍTULO II - 2º Período, 1870-1914 57

2.1 - Aspectos Históricos e Econômicos 57

2.2 - Evolução Urbana 65

2.3 - Identificação do Patrimônio Local 70

2.4 - Praças e Equipamentos Urbanos 71

2.5 - Pontes de Manaus 71

2.4 - Praças e Equipamentos Urbanos 145

2.5 - Pontes de Manaus 162

3. CAPÍTULO III - 3º Período, 1914-1967 169

3.1 - Aspectos Históricos e Econômicos 169

3.2 - Evolução Urbana 174

3.3 - Identificação do Patrimônio Local 188

4. CAPÍTULO IV - 4º Período, 1967-1990 205

4.1 - Aspectos Históricos e Econômicos 205

4.2 - Evolução Urbana 212

4.3 - Identificação do Patrimônio Local 215

5. CAPÍTULO V - 5º Período, 1990 - até hoje 237

5.1 - Aspectos Históricos e Econômicos 238

5.2 - Evolução Urbana 241

5.3 - Identificação do Patrimônio Local 260

CONCLUSÃO 283

RELAÇÃO DOS PRÉDIOS TOMBADOS 287

LISTA DAS OBRAS MAIS RECENTES 293

REFERÊNCIAS 295

GLOSSÁRIO 307

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES 315



PREFÁCIO

A professora e pesquisadora Graciete Guerra da Costa se lança em estudo sobre o patrimônio arquitetônico e urbano da cidade de Manaus, revisitando os monumentos edificados e a paisagem humana e social. Retoma, por assim dizer o papel já desempenhado com sucesso por Mavignier de Castro em 1948, Luiz Maximino de Miranda Correa Neto, em 1965, e, repetidas vezes pelo sempre lembrado professor Mário Ypiranga Monteiro, que se destacam de outros estudiosos mais jovens que têm valorizado este tema.

A cidade que temos não se compara com a mais antiga que conhecemos, desde os anos 1950, e, muito menos com a que herdamos de Eduardo Ribeiro, transformada ao tempo da sua administração, no alvorecer da República.

Em busca de definir ciclos de evolução urbana da capital amazonense a autora definiu uma periodicidade que torna o trabalho didático e atravessa do ano – base 1669, tido e havido como da formalização da presença da civilização europeia na região manauense, até os dias de hoje, portanto no século XXI.

É uma contribuição a ser considerada na bibliografia sobre a cidade de Manaus, devidamente ilustrada e referenciada e bem poderá ser utilizada nas escolas e em pesquisas de estudantes, sempre ávidos por descobrir a cidade. Não se constitui em um daqueles estudos maçantes, que se propõe a uma análise completa da arquitetura, mas a serve de referencia que oriente a compreensão da evolução urbana e dos aspectos históricos e econômico.

A autora tem cabedal para o que apresenta. Dedicou-se em longa pesquisa, reviu fotos e ilustrações, repassou autores clássicos e modernos, ouviu e entrevistou personalidades, e, com texto simples e direto, facilita o entendimento do leitor. E mais, sem pretender dar lição ou desconstrir informações deixa a sua apreciação informativa sem paixão, mas com sentimento.

Trata-se da professora e arquiteta Graciete Guerra da Costa, mestra e doutora que já serviu a várias instituições de ensino e pesquisa, inclusive em projetos executados em agências de desenvolvimento, sempre preocupada com as questões amazônicas em cuja região tem centrado seus estudos, assim como possui renomada experiência e formação internacional com um amplo e variado conjunto de publicações em livro, capítulos de livros e revistas especializadas.

Manaus não fugiu às suas preocupações e o livro que nos oferece bem demonstra seu interesse pela cidade, sua arquitetura e história.

Robério Braga
Secretario de Estado de Cultura



INTRODUÇÃO

No início dos anos 1990, perante o Conselho da Comunidade Econômica Europeia e, depois, em reunião do G-7,¹ o chanceler alemão Helmut Kohl comprometeu-se a levantar recursos para financiar o desenvolvimento sustentável na Amazônia.² O projeto então proposto pelo G-7, em reunião de dezembro de 1991, teoricamente destinava-se à preservação das florestas tropicais do Brasil – país-sede da Conferência Ambiental Rio-92. Medidas de impacto se faziam oportunas. A decisão de liberar 1,5 bilhão de dólares não se efetivou. Falou-se depois em 250 milhões de dólares. Desde então, o único recurso efetivamente liberado de que se tem notícia foi aquele pago pelo Banco Mundial aos consultores para que tomassem decisões sobre os diagnósticos e as necessidades amazônicas.

Seis meses antes da Conferência Rio-92, quando a região estava mais do que nunca em evidência, esteve em Manaus o duque de Edimburgo, príncipe Philip, que se surpreendeu com a exuberância da floresta e seu grau de preservação. Na oportunidade, o ilustre visitante questionou a autoridade dos países europeus em acusar os amazônidas de devastar suas florestas, se eles próprios foram incapazes de preservar as suas. Merece também ser ressaltada a ida a Manaus do próprio chanceler alemão Helmut Kohl, também antes da Rio-92. O que ele viu, segundo seu depoimento, foi uma Amazônia praticamente intocada.³ Suas impressões sobre a exuberância das florestas e dos rios foram registradas pela imprensa internacional que o acompanhava. Era outra sua imagem da Amazônia.

A Amazônia sempre fez parte do inconsciente coletivo da humanidade. A necessidade e o fascínio de seus mistérios e lendas, o temor diante do desconhecido e do indomável e, sobretudo, a desinformação de uma consciência ecológica culpada fazem da Amazônia a esfinge da modernidade.

Foi possível constatar essa realidade, em 1992, quando o Brasil, investido de grande expectativa, sediou a Conferência das Nações Unidas (Rio-92). Segundo os inúmeros relatórios dessa conferência, foram mais de cento e cinquenta chefes de Estado debatendo o futuro da humanidade, e suas presenças, por si sós, revelariam a magnitude e a gravidade da temática.⁴

A questão amazônica foi posta no centro das discussões, de modo a insinuar a incapacidade dos amazônidas de conter o que era então chamado abertamente de processo incontrolável de devastação. Em outras palavras, parecia que os povos da Amazônia deveriam ser admoestados em alto e planetário som, por estarem pondo em risco o futuro das espécies, entre elas, é claro, a humana. Sabemos, porém, que não é bem essa a história, muito menos que ela tenha apenas emanado de sentimentos altruístas com respeito à questão ambiental. O interesse econômico na Amazônia é gigantesco.

O inventário geoeconômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1992, derruba o conceito clássico da Amazônia como planície, até então disseminado. Segundo esse relatório, ela é considerada planície em relação ao nível do mar, mas a paisagem geográfica é marcada de fato por reentrâncias e saliências. É preciso deixar claro que existe a Amazônia intocada da floresta de terra firme,⁵ aquela sobre a qual pouco ou nada se sabe, a Amazônia dos rios, das várzeas, da estrada, da mineração, do extrativismo, das metrópoles, das tribos indígenas, da arquitetura... e do caboclo.

- ◆◆◆◆◆◆◆◆◆◆
- 1 G-7 – Na época, grupo dos sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Canadá, Japão, Inglaterra, França, Itália e Alemanha.
 - 2 Segundo RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. *Amazônia Terra Verde: Sonho da Humanidade*. São Paulo: Editora Três, 1994.
 - 3 Segundo reportagem do jornal *Folha de São Paulo* em 16/3/1992.
 - 4 RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. *Amazônia Terra Verde: Sonho da Humanidade*. São Paulo: Editora Três, 1994.
 - 5 Floresta de terra firme – Floresta na porção alta do terreno, aonde não chegam as inundações.



Hoje, o conhecimento disponível sobre a Amazônia autoriza-nos a desmentir alguns mitos que têm sido cultivados em relação a ela. A Amazônia hoje é mais falada que conhecida, mais discutida que vivida, mais mito que realidade.

A principal razão para que tantos mitos resistam ao tempo deve-se ao baixo grau de conhecimento, ao pouco acesso a informações da maior parte dos brasileiros, ou à procura deliberada do sensacionalismo em detrimento de uma boa exposição dos fatos.

No Brasil, apenas 2% dos pesquisadores pensam e investigam a Amazônia, o maior banco genético do planeta. É possível localizar, em certas universidades dos Estados Unidos ou da Europa, mais informações em algumas áreas de conhecimento sobre a Amazônia do que aquelas disponíveis nos institutos locais de pesquisa. O custo dessa desinformação é muito maior do que se pode imaginar: “pulmão do mundo”, “vazio territorial”, “planície inundável”, “floresta sobre o deserto”, “celeiro do mundo”, “Eldorado” e “Manaus? Um lugarejo sem arquitetura”.

“Pulmão do mundo” – o primeiro mito mais recorrente baseia-se na crença de que todo vegetal produz oxigênio. Estudos na área de florestas mostram que isso é verdade para os vegetais em crescimento. Como a Amazônia é uma floresta em equilíbrio, onde as árvores estão maduras, o que se produz praticamente se consome.

Nas florestas úmidas da Amazônia já foram catalogadas 2.500 espécies de árvores. Para ter um termo de comparação, nas florestas temperadas de toda a França não existem mais do que 50 espécies. Um pinheiro da floresta boreal leva, em média, 80 anos para habilitar-se ao corte comercial. Ao sul da Amazônia, na região do Estado de Mato Grosso, essa espécie, ao ser introduzida, habilitou-se ao corte com 20 anos. O Brasil é hoje o país que abriga o banco genético mais rico do planeta.

“Vazio territorial” – o segundo mito divulga que a território com mais de 170 povos indígenas, segundo a Fundação Nacional do Índio – Funai, além de seu 1.644.690 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e noventa) habitantes só em Manaus, segundo dados do IBGE;⁶ Mesmo em suas áreas mais longínquas, podem se encontrar habitantes locais, os ribeirinhos,⁷ ou caboclos. Ninguém se pergunta como e por que essas populações ali se radicaram, como e por que elas vivem assim. Quanto aos índios, aparecem dramaticamente em toda a sua aculturação, como população ameaçada de etnocídio, quando não de genocídio, com o avanço da civilização ocidental selva adentro.

“Planície inundável” – o terceiro mito foi conceituado em alguns livros de geografia do Ensino Fundamental. Na realidade, o inventário geoeconômico do IBGE,⁸ de 1992, derruba o conceito clássico da Amazônia como planície inundável. Ela é considerada planície em relação ao nível do mar, mas a paisagem geográfica é marcada, de fato, por reentrâncias e saliências; menos de 3% de sua área são de planície inundável, entre várzeas e igapós. As várzeas são áreas de terras nas margens dos rios que ficam cerca de seis meses submersas. Cada vez que as águas sobem, são retirados os detritos, e em seu lugar deixados os preciosos nutrientes.

“Floresta sobre o deserto” – o quarto mito é acreditar que a região possua apenas um tipo de solo e de floresta. O cientista brasileiro Enéas Salati⁹ lembra que o clima na Amazônia não é uniforme. Há grandes variações, não só de clima, mas de tipo de vegetação. De uma maneira geral, segundo Salati,

6 População estimada para 2005, segundo informação disponível em: [www.ibge.gov.br/município de Manaus](http://www.ibge.gov.br/município_de_Manauas) em 14/8/2006.

7 Ribeirinhos: populações que habitam nas margens dos rios no interior da Amazônia.

8 RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. Há muitas Amazonas. In: *Amazônia Terra Verde: Sonho da Humanidade*. São Paulo: Editora Três, 1994.

9 SALATI, Enéas. Origem e Distribuição das Chuvas na Amazônia. In: RAPOSO, Gilberto Mestrinho de Medeiros. *Amazônia Terra verde: Sonho da Humanidade*. São Paulo: Editora Três, 1994.



pode-se dizer que a floresta amazônica encontra-se em estado de “clímax”, onde tudo é reciclado, envolvendo as cadeias vegetal e animal. Nas florestas da Amazônia é uma terra onde não há habitantes. Essa visão foi muito difundida para justificar o fomento à migração e ao loteamento da região. Como tratar como vazio na Amazônia já foram catalogadas 2.500 espécies de árvores, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa.¹⁰ Para se ter um termo de comparação, nas florestas temperadas de toda a França não existem mais do que 50 espécies. Um pinheiro da floresta temperada leva, em média, 60 anos para habilitar-se ao corte comercial. Ao sul da Amazônia, essa espécie habilita-se ao corte com 20 anos. As diversas Amazônias existentes permanecerão, infelizmente e por muito tempo ainda, como objeto de opiniões e não de conhecimento.

“Celeiro do mundo” – o quinto mito, um dos mais grosseiros, apresenta a região como capaz de suportar grande quantidade de gado e agricultura nos sistemas tradicionais vigentes nas áreas subtropicais e temperadas. O viço da mata e a quantidade de água estimulam o mito da superabundância. Na verdade, esta é uma região extremamente frágil, segundo o Inpa. Apenas 36% do território amazônico estão vocacionados para atividades agropecuárias, desde que precedidos de tecnologias apropriadas.¹¹

“Eldorado” – o sexto mito, desde a descoberta do Novo Mundo e as viagens dos irmãos Pizarro, Francisco Orellana e outros, atrai dezenas de milhares de garimpeiros e aventureiros para a região. Baseia-se na abundância do ouro, diamantes, esmeraldas, e outros metais, sem contar a vontade deliberada do governo brasileiro que quis “dar uma terra sem homens para homens sem terra”. Há ouro e diamante, sim, e muito; entretanto, a sua transformação em riqueza econômica tem sido insignificante. O grande resultado é o impacto social e ambiental negativo dessa atividade. Daqui em diante, desenfreou-se o mito da conquista da terra, com toda a sua envolvimento de heroísmos e malandragens, aventuras e desventuras, fortunas e infortúnios.

Com certeza esta vem a ser a reafirmação do mito do Eldorado, considerado com olhos mais modernos e largamente explorado nos tempos heroicos de Serra Pelada, como a retratou o comandante Cousteau, numa série de seis documentários sobre a Amazônia.

O tesouro das Icamíabas¹² existe, está no meio de nós; cumpre-nos encontrá-lo com perseverança e competência: ou assumimos o desafio de decifrar nossos mistérios e possibilidades, ou seremos devorados pelos equívocos e distorções divulgados hoje sobre a Amazônia.

“Manaus – Um lugarejo sem arquitetura” – aqui o mito criado pelas reportagens vai sustentar o mito que o próprio leitor já criou. As notícias veiculadas sobre Manaus vão aumentar e reforçar a ideia que se tem da cidade, um lugar propositadamente mal situado, de difícil acesso, longínquo, primitivo e sem arquitetura (é importante salientar a inexistência quase geral da apresentação de um mapa, o que concorre para a falta de ancoragem num mundo real, e sim num mundo imaginário). As ideias que emergem e predominam sobre a cidade são: uma natureza hostil e perigosa; ocupada por homens primitivos (os caboclos); ocupada por índios em vias de extinção, que se devia preservar; violência urbana, menores abandonados; e um lugar sem referências arquitetônicas.

A presente dissertação, *Manaus, um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*, busca reverter tal quadro, e tem, como objetivo geral, de identificar quais as características da

10 Site do Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus, disponível em: www.inpa.gov.br em 14/8/2006.

11 Site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: www.ibge.gov.br em 14/8/2006.

12 Icamíabas: no N'hengatu (idioma falado pela maioria dos índios da Amazônia), Camiibas quer dizer sem seios, referindo-se às índias amazonas que Orellana relatou em suas alucinações. O explorador aproveitou o mito para justificar o desaparecimento do tesouro que roubara de Pizarro.



estrutura física da cidade de Manaus, ao longo dos anos, que têm contribuído – ou não – com a construção e a preservação de seu patrimônio cultural. Ou seja, pretende demonstrar que Manaus é uma cidade que, ao longo de muitos anos, construiu um rico patrimônio arquitetônico, digno de ser preservado (e estudado!).

“Dentre as razões que determinam a realização de um trabalho, podemos destacar principalmente duas: aquelas de ordem intelectual e as de ordem prática. As primeiras relacionam-se ao desejo de conhecer, à paixão. As de ordem prática, à necessidade de fazer algo de maneira mais eficiente, prática”¹³

Do ponto de vista passional, é possível afirmar que, quando comparada com as grandes capitais dos Estados brasileiros, Manaus tem muito a oferecer, tanto do ponto de vista natural quanto do cultural. No entanto, também é possível constatar que Manaus – assim como toda a Amazônia brasileira (63% do território nacional!) – é mais falada do que conhecida, mais discutida do que vivenciada, mais mito que realidade. A principal razão para que tantos “mitos” existam e resistam, deve-se ao baixo grau de conhecimento que se tem sobre a região, ao pouco acesso às informações pertinentes e à falta de pesquisas sobre os mais diferentes aspectos da vida local.

É possível, igualmente, afirmar que no campo da história das cidades brasileiras, Manaus ainda não mereceu estudos abrangentes de circulação nacional, e nem mesmo foi incluída ou considerada, de um modo compatível com sua importância regional, nos principais panoramas realizados.

Vejam os exemplos:

Nestor Goulart Reis Filho (1960), no clássico *Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)*,¹⁴ não utiliza a cidade como fonte de suas reflexões e não a inclui nos quadros contendo as datas de fundação de vilas e cidades do Brasil. Já no volumoso *Urbanismo no Brasil 1895-1965*,¹⁵ coordenado por Maria Cristina da Silva Leme (1999), a capital do Estado do Amazonas não é citada. Por fim, Murillo Marx (1980), em *Cidade Brasileira*,¹⁶ apenas faz referência ao Teatro Amazonas – como exemplo de construção de prédios públicos voltados ao lazer – e apresenta uma foto aérea da cidade com a seguinte legenda: “Um cemitério, Manaus e o rio Negro”, ou seja, as características urbanísticas e particulares da capital não lhe pareceram suficientemente importantes para um estudo mais detalhado.

Quando o tema é a arquitetura brasileira, a falta de informação sobre Manaus se mantém. Vejam outros exemplos: na robusta obra *História Geral da Arte no Brasil*,¹⁷ organizada por Walter Zanini (1983), a Amazônia comparece apenas graças a seus aspectos pitorescos e estratégicos (a presença de índios e a necessidade de defesa de um território a ser conquistado por Portugal); a arquitetura de Manaus não despertou em Benedito Lima de Toledo, autor do capítulo que trata do século 16 ao início do 19, interesse especial; e Mário Barata, em capítulo que aborda exclusivamente a arquitetura do século 19 e início do 20, cita – superficialmente – apenas duas obras de Manaus: o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça (ambas erguidas nas últimas décadas de 1800).

Por sua vez, Carlos Lemos (1979), no panorama *Arquitetura Brasileira*¹⁸ – que pretendia estudar aspectos até então desconhecidos e “ser um retrato o mais fiel possível” da arquitetura nacional, trata a cidade de Manaus como um exemplo “pitoresco dessa exacerbação em busca da

13 SEABRA, Giovanni de Farias. *Pesquisa científica: o método em questão*. Brasília: Editora da Universidade, p. 11.

14 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira, 1960.

15 LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/Fupam, 1999.

16 MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

17 ZANINI, Walter, org. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Sales, 1983.

18 LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.



AVISO

**DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO.
NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO
NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL
COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A
GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO
CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.**

FONE: (92) 2125-5330

FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



**CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA**